

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Perante o atual cenário de prevenção e resposta à propagação do Covid-19 a nível nacional e internacional, as condições em que habitam, trabalham e circulam dezenas de milhar de trabalhadores migrantes em Portugal acarretam um conjunto de riscos de saúde pública que necessitam de medidas adicionais, capazes de garantir condições de habitação e circulação dignas e seguras. Estas pessoas habitam em casas sobrelotadas, contentores e outras infraestruturas adaptadas e hoje são operadoras de alimentos, comercializados avulso e embalados, que chegam diariamente aos supermercados (ex: peixes, frutas e legumes). No caso da pesca são tripulantes que exercem diversas funções a bordo em contacto com o pescado e na agricultura tratam-se de operadores que garantem colheitas, mas também trabalham nos processos de calibração e embalagem. Em ambas as situações podem ser agentes promotores da dispersão do vírus com efeitos ao longo da cadeia de distribuição de alimentos caso se confirme a possibilidade de transmissão por superfície, já assumida pela DGS.

O Bloco de Esquerda considera necessário que sejam tomadas medidas urgentes de controlo e prevenção da saúde destes operadores, garantindo dignidade habitacional e socioeconómica aos mesmos o que também trará maior segurança aos consumidores. Um caso paradigmático encontra-se no Aproveitamento Hidroagrícola do Mira, localizado no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, onde após a identificação de 270 “alojamentos precários nas explorações agrícolas”, “sem condições de higiene e conforto que permitam preservar a intimidade pessoal e a privacidade dos utilizadores”, o Governo optou por regulamentar e possibilitar a utilização de contentores para habitação de um máximo de 6 mil trabalhadores e trabalhadoras, medida que assumiu como provisória mas para a qual prevê uma duração máxima de 10 anos (resolução do Conselho de Ministros 179/2019).

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro das Infraestruturas e da Habitação as seguintes perguntas:

1. Que medidas prevê o Governo para a urgente proteção dos trabalhadores migrantes e para a redução de riscos - nomeadamente no que concerne as condições habitacionais -, na cadeia de distribuição de alimentos e entre os próprios trabalhadores?
2. Que planos de contingência específicos foram desenvolvidos para responder a estes trabalhadores em concreto, quer no setor da agricultura, quer das pescas?
3. A resolução do Conselho de Ministros 179/2019 já teve algum impacto nas condições de saúde e habitação concretas dos milhares de trabalhadores migrantes que o Governo identificou no Perímetro de Rega do Mira?
4. Considera este ministério que as medidas previstas na resolução, para um período de 10 anos, garantem a segurança e saúde pública dos trabalhadores e consumidores perante a existência de doenças infecciosas como o covid-19?
5. Estaria este ministério, em condições de estado de emergência, disponível para definir e articular respostas excecionais para a habitação destes trabalhadores que garanta as necessárias condições de saúde pública neste contexto?

Palácio de São Bento, 20 de março de 2020

Deputado(a)s

RICARDO VICENTE(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)